

CAMINHOS E MUDANÇAS NA PRÁTICA DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES/AS DA ESCOLA TIRADENTES MARI/PB

Autor: Adriana Varelo de Oliveira; Coautora: Istefanny Ataniz Benedito de Bem; Coautora:
Lucicléa Gomes Beserra Tomaz; Coautora: Nívea Maria do Nascimento da Silva;
Orientadora: Prof^a Ms. Rita de Cássia Cavalcante /DE/UEPB

Universidade Estadual da Paraíba; E-mail: adriana varelo@hotmail.com

Universidade Estadual da Paraíba; E-mail: ataniz.istefanny0@gmail.com

Instituto Federal do Rio Grande do Norte; E-mail: lucypedagoga2016@gmail.com

Universidade Federal da Paraíba- PPGE; E-mail: niveasilva,pb@outlook.com

Universidade Estadual da Paraíba; E-mail: rcassiaed@yahoo.com.br

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar a formação dos professores/as da Escola Municipal Tiradentes, situada no Assentamento Tiradentes, Município de Marí – Paraíba. A intenção principal é demonstrar como vem se desenvolvendo as práticas pedagógicas da proposta da Educação do Campo, possibilitadas a partir da formação continuada dos/as professores/as, em parceria com a UFPB, evidenciando o fazer pedagógico e os métodos de ensino desenvolvidos na escola. A metodologia de análise parte dos portfólios trabalhados no ano letivo de 2012, das entrevistas realizadas com cinco professores que atuam na Educação infantil e no Ensino Fundamental de primeira fase (da pré-escola ao 4º ano), e que participaram da formação, das oficinas pedagógicas e da construção do projeto político pedagógico da escola; enfatizando a possibilidade de realizar uma prática pedagógica que valoriza a identidade dos alunos a partir da educação do campo, que está intimamente ligada ao contexto de vida dos educandos, enquanto filhos de pequenos agricultores residentes na localidade. Essa proposta educativa contribui para a construção de novas concepções educacionais e para a adoção de práticas pedagógicas que venham desenvolver uma educação que valorize a pluralidade cultural, a diversidade de saberes, as aprendizagens, o respeito mútuo, a valorização da identidade camponesa e ainda o reconhecimento da comunidade local, considerando suas especificidades e seus conhecimentos empíricos. Trata-se de uma proposta de educação que redimensiona os sujeitos envolvidos, redimensionando um olhar crítico, articulando saberes, contribuindo para o desenvolvimento educacional, político e social dos sujeitos, fortalecendo-os na luta por direitos individuais e coletivos.

Palavras-chave: Educação do Campo, Formação Continuada, Sujeitos, Saber.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo, analisar a formação dos professores/as da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Tiradentes, localizada no Assentamento Tiradentes, no Município de Marí, no Estado da Paraíba.

A história da escola está ligada à luta pela terra e em prol da Reforma Agrária, e ligada a dois fatores importantes. Primeiro corresponde a uma demanda política do MST de dispor escolas nos seus acampamentos, logo que são formados. A origem da Escola Tiradentes também está relacionada às preocupações de militantes e familiares que, ao terem em sua companhia e da responsabilidade, muitas crianças, queriam vê-las na escola em busca

do conhecimento, uma vez que na perspectiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais, Sem Terra, a educação é importante e necessária para um movimento social que faz história e possui projetos para o futuro.

O foco principal do trabalho é demonstrar como vem se desenvolvendo a prática pedagógica da Educação do Campo na escola Tiradentes, situada no Assentamento Tiradentes, Mari-Pb. Esta tem sido possibilitada através da formação dos professores, considerando o fazer pedagógico e a metodologia de ensino aplicada, da qual estes educadores foram aos poucos se apropriando, e percebendo a importância do papel do professor e da proposta da Educação do Campo na formação do sujeito do campo.

Essa prática se concretizou durante o período de 2011 a 2012, onde, durante o processo, entendemos que a Educação do Campo deve ser pensada de forma diferenciada, ou como disse Costa (2012, p. 126).

A Educação do Campo está intimamente ligada aos fundamentos da Educação Popular, contribuindo no processo de educação das pessoas que vivem e trabalham no campo, para que se encontrem, organizem e assumam a condição de sujeitos na direção de seus destinos, sendo participantes ativos, valorizando seu processo histórico.

No processo de formação, entendemos que atuar como educador/a no território camponês, implica em perceber que a escola não é o único espaço formativo e que os sujeitos também se educam no roçado, no centro de cultura do assentamento, nos encontros dos sem-terrinhas, nas reuniões da associação, entre outros. A intenção desse novo padrão de educar o campo constitui-se em fazer com que o sujeito seja capaz de transformar a sua realidade, e assim, contribuir no processo de transformação da comunidade em que vive.

No processo de formação nos deparamos com uma nova prática de educação, além de observarmos que estava faltando um conhecimento mais intenso e diretamente ligado às questões do campo, fomentamos a discussão do referido tema com todos os professores/as da escola durante o processo de formação.

Durante os debates, a fim de compreender melhor o processo metodológico da Educação do Campo, surgiram as seguintes questões: Como trabalhar uma metodologia de educação sem uma formação (capacitação) específica na área? Que metodologia utilizar na sala de aula? Como trabalhar com temas geradores e ao mesmo tempo com conteúdos relacionados a cada série (ano)? O que e como trabalhar uma pedagogia que considere a identidade e as características do povo do campo?

A partir do ano de 2007, a escola foi agregada a um projeto de formação de professores/as ligado à Universidade Federal da Paraíba-UFPB, que tinha como objetivo

contribuir para a construção do Projeto Político Pedagógico das escolas do campo, bem como a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Durante nossa participação na formação continuada, discutimos sobre a concepção do sujeito no campo, além de adentrarmos em temáticas específicas de trabalho nesta área, passamos a trabalhar com temas geradores, dentre os quais, alguns obtiveram destaque: a luta e conquista da terra, a agricultura familiar, meio ambiente e prática de leitura, escrita do campo.

Foi perceptível, durante as formações, no processo de estudo conceitual, que a Educação do Campo compreende os sujeitos do campo como possuidores de conhecimentos práticos e que o campo é seu espaço de vida. Assim, a educação deve ser entendida como uma formação NO e DO campo. Isso na opinião de Caldart (et.al), 2002, p.25/26), NO: porque entende-se que a população tem direito a receber educação e de ser educado na localidade onde reside; DO: porque todo indivíduo tem direito a uma educação elaborada de acordo com seu lugar, e planejada com a participação deste indivíduo, vinculada à sua cultura e suas necessidades humanas e sociais.

A clareza do lugar social que a educação pode ocupar na construção de um projeto de desenvolvimento de vida - neste caso, a vida do camponês – demonstra que a educação tradicional não seria a solução do camponês, mas sim, um modelo educacional associado a um conjunto de ações políticas e culturais, combinada a um projeto de reforma agrária, onde a população local tenha a possibilidade e o direito de receber uma educação voltada à sua realidade, sendo também, participativa, numa relação bilateral, onde a educação se molda ao espaço deste indivíduo, sua cultura e suas necessidades.

De acordo com Caldart (1997, p.60), a escola do MST é:

Aquela que se faz lutar do movimento dessas pedagogias, desenvolvendo atividades pedagógicas que levem em conta o conjunto das dimensões da formação humana. É uma escola que humaniza quem dela faz parte. E só fará isso se tiver o ser humano como centro, como sujeito de direitos, como ser em construção, respeitando as suas temporalidades.

Assim, propor uma metodologia diferenciada, convém considerar esse sujeito e todo o seu processo de aprendizagem, considerando ainda os saberes da escola, associados aos que ele aprende fora do ambiente educacional regular, somando ao seu desempenho escolar, aquilo que vem da própria comunidade.

Sem esta parceria escola - comunidade torna-se impossível um trabalho que proporcione mudanças na compreensão do que seja educar no campo. Assim, a escola Tiradentes vem trabalhando, abalizando uma nova concepção de educação, que tem como base a luta e a conquista de uma educação de qualidade, que potencialize cada indivíduo de

acordo com seu espaço geográfico, associado à busca por melhorias de condições de vida, conforme o modo de viver do sujeito do campo.

Durante a análise das questões de debate anteriormente elaboradas, pudemos perceber que o camponês tem sido capaz de transformar o seu espaço, sua cultura, e encontrar na educação, um meio que o ajude a entender que no campo existe um sujeito que estabeleceu formas de resistência e luta para obtenção do acesso a terra e a melhores condições de vida.

Através desse contexto é possível perceber que esta prática educativa pode fazer toda a diferença, tanto para o aluno que está em sala de aula, como para o professor que está lecionando na escola, que por sua vez necessita de capacitação e adaptação, a uma nova realidade durante o seu processo de docência.

Precisamos compreender que espaços como o campo necessitam de um novo olhar por parte do educador, que privilegie esta modalidade de educação. Uma educação voltada à compreensão do contexto cultural e social da localidade onde a escola está inserida. Uma escola que se organiza em torno de considerar as diversas formas de aprendizagem do aluno, onde toda prática educativa está associada a profissionais capacitados e materiais pedagógicos apropriados à realidade do campo.

Mudanças históricas legais que influenciaram a escola e a educação do campo atual

Todo esse referencial metodológico presente na escola é/foi fruto de todas as discussões acumuladas nos vários espaços construtores de uma nova concepção de educar o campo, seja no campo da legislação nacional, ou nos diversos encontros e conferências.

Se situarmos a Constituição Brasileira de 1988, no seu artigo 205 a educação é direito de todos: “[...] e dever do estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração as sociedades, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Além disso, a Constituição, no seu artigo 206, prevê como um dos princípios para ministrar o ensino: “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Entendemos que nem sempre, este direito é garantido ao homem (aluno) do campo, uma escola que favoreça a educação desse sujeito dando-lhe oportunidades e condições igualitárias sem que seja preciso locomover-se por quatro, cinco ou mais quilômetros para conseguir uma condução para a escola, o que muitas vezes, determina-se como um dos fatores que contribuem para a evasão escolar desses alunos.

De acordo com a LDB, Lei: 9.394/96, ela previa que, a Educação do Campo deveria ser diferenciada em sua proposta curricular, seus conteúdos e metodologias de ensino para que fossem adaptadas à realidade do campo.

O ART. 26º, diz que:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Assim, o currículo de cada estabelecimento de ensino deve considerar a especificidade local, percebendo e contemplando as influências da sua cultura e economia, conferindo poder a escola para trabalhar de forma diferenciada, promovendo conhecimento e alternativas que condigam com as expectativas do alunado e da comunidade local.

Já no ART. 28º, refere-se que:

Na oferta de educação básica para a educação, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à suas adequações, às peculiares idades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I- Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II- Organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III- adequação á natureza do trabalho na zona rural;

A continuação de todo esse debate se retoma com o I ENERA - Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, realizado em Brasília em 1997, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST em parceria com diversas entidades, como a Universidade de Brasília - UNB, o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura – UNESCO e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. Durante o evento, fora lançado um desafio aos educadores/as com o objetivo de: pensar a educação pública para o povo do campo, levando em consideração o seu contexto em termos públicos, econômicos, sociais e culturais. Sua maneira de conhecer o tempo, o espaço, o meio ambiente e a produção, além da organização coletiva, questões familiares, trabalho, dentre outros. O lançamento deste desafio na I Conferência Nacional de Educação Básica do Campo determinou-se como o primeiro passo desta jornada.

A I Conferência Nacional, realizada em julho de 1998, promovida pelo MST, UNICEF, pela UNESCO, CNBB e UnB teve um papel significativo no retorno das discussões sobre a educação da população que vive no campo, estabelecendo ênfase a uma nova referência para o debate e a mobilização popular. Uma nova conceituação sobre o que se entendia como educação rural ou educação para o meio rural para Educação do Campo. Nessa Conferência reafirmou-se que “o campo é um espaço de vida digna e que é legítima a luta por políticas

públicas específicas e por um projeto educativo próprio para seus sujeitos” (Caldart, 2004, p, 14).

É a partir da I Conferência, que a escola do campo incorpora uma nova visão de educação, estabelecida para construir uma nova realidade capaz de desenvolver os sujeitos que vivem no campo. Uma educação que garanta uma culminância entre realidade e necessidade, sendo capaz de interagir com o meio e desenvolver as diferentes práticas de aprendizagens. Uma concepção educacional que dê conta de interpretar a realidade e compreender as necessidades do indivíduo, articuladas e cultivadas na família, escola, formação política dos movimentos e das bases fundamentais para o desenvolvimento educacional do educando.

A formação do professor da Educação do Campo

A formação continuada dos profissionais de educação básica (Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental), da escola Tiradentes se deu frente ao projeto de formação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, cujos objetivos eram: Suscitar reflexões a partir da prática pedagógica do professor, viabilizando o movimento Ação-Reflexão-Ação, subsidiando teoricamente a discussão e a elaboração das propostas pedagógicas curriculares da educação do campo e sua metodologia de ensino, além de identificar a qualificação (formação) do professor atuante no estabelecimento supracitado.

Ao iniciar o trabalho com a professora da universidade na escola Tiradentes, percebemos que a metodologia de ensino que a escola passou a trabalhar era diferente, pois trabalhava com temas geradores, o que demandava muito esforço por parte dos profissionais que atuavam na escola, haja vista que em sua maioria, os professores não tinham formação adequada para atuação voltada à Educação do Campo.

Como uma orientação inicial - que já era fruto das formações anteriores - a supervisora em um dos planejamentos, nos entregou um Portfólio organizado em eixos curriculares, delimitando como deveriam ser desenvolvidos os vários temas geradores, que deram origem aos subtemas, trazendo significado aos estudos dos alunos e moradores do assentamento Tiradentes. Tais temas foram sugeridos em articulações desenvolvidas crescidas entre escola e moradores e debatidas junto aos professores para que pudessem ser acrescidas a sala de aula, juntamente com os alunos.

No ano de 2012, a formação continuou em parceria com a UFPB, com o objetivo de trazer informações sobre a Educação do Campo e como desempenhá-la nas séries iniciais do Ensino Fundamental. A intenção desta parceria era a de aprimorar um currículo contextualizado com a educação desses sujeitos, a partir da elaboração das estratégias

pedagógicas, tornando-os capazes de solucionar questões inerentes à realidade do educando e seus processos de aprendizagens.

A formação ainda objetivava dar apoio aos educadores/as que atuam junto à comunidade, no que se refere a aperfeiçoá-los diante da utilização dos saberes de seu cotidiano, a exemplo, o uso sustentável dos recursos naturais, através da observação das lavouras, da comunidade, da plantação de uma horta e do trato com o solo.

Há cada encontro era estudado um tema gerador a ser trabalhado no bimestre. No primeiro bimestre, foi trabalhado a “Nossa Produção - Agricultura Familiar”, no segundo, “Meio Ambiente”, no terceiro, “História de Luta e Conquista do Assentamento Tiradentes” e no quarto e último, “Práticas de Leitura e Escrita no Campo”.

Assim, iniciou-se uma nova trajetória na escola Tiradentes, possibilitando uma nova visão do que se trata a escola na perspectiva de um movimento social, em que, consideramos os aprendizados oriundos de outras práticas educativas (da vida, da roça, do círculo de cultura, do trabalho da associação). Este novo olhar contribuiu para o desenvolvimento criativo dos professores, facilitando o ensino na sala de aula.

O resultado desta formação, quando questionado a uma educadora se o trabalho com os temas geradores trouxe mudança na sala, foi confirmado que sim, entretanto, apontava dificuldades: em relação ao planejamento, pois disponha de pouco tempo, devido a nossa carga horária de trabalho em municípios diferentes (Educadora A).

Outra Educadora, ao ser questionada sobre sua formação profissional e se essa formação a preparou para o ensino em Educação do Campo, mencionou que sendo formada em computação, afirmou que teria sido a primeira vez que ouviu tratar-se sobre Educação do Campo, o período em que iniciara seu trabalho como educadora na Escola:

[...] essa área não contribui, pois como sabemos, a Educação do Campo só foi citada como uma política pública em 2001, ou seja, sempre tivemos uma formação que nos norteou para uma educação voltada às populações urbanas e que defendia os valores de uma sociedade urbano-industrial.(Educadora c).

Enquanto outro educador, mesmo formado em Letras, afirmou que: Na época em que cursou a universidade, não tinha nenhuma disciplina voltada a Educação do Campo. (Educador E).

Percebermos nessas falas, a necessidade premente de formação continuada e o quanto que tem sido feito, tem favorecido o entendimento de uma proposta de Educação do Campo, ajudando tantos aos professores/as da prática educativa, quanto influenciando os alunos/as a cultivar uma aprendizagem pautada nas suas raízes, seus valores e memórias, que, por sua vez, facilita os processos de ensino/aprendizagem.

Noutro momento da entrevista, quando perguntamos se as contribuições do trabalho realizado com os temas geradores enriqueciam as questões curriculares e a prática pedagógica. A educadora afirma:

Os temas geradores contribuem sobremaneira na formação de nossos alunos, visto que o estudo parte da sua realidade, possibilitando aos mesmos, conhecerem várias outras realidades, através das pesquisas, dos projetos culturais, movimentos sociais entre outros. (Educadora A).

Faz-se necessário pensar que a escola é um ambiente no qual o aluno é capaz de concentrar todas as suas experiências pessoais na construção do conhecimento e na condução da solução de um determinado problema. Essa forma de educar torna o estudante um pesquisador, capaz de investigar sua própria realidade e descobrir novos conhecimentos.

Outra educadora, questionada sobre o mesmo tema, afirmou que:

A principal contribuição que a Educação do Campo e os temas geradores trazem para os alunos do campo é a valorização da sua identidade campestre e o estudo de conteúdos vinculados a sua realidade de vida do campo. (Educadora C).

Refletir como se deve desenvolver essa prática pedagógica na realidade, parte do preceito que essa perspectiva de fortalecimento da Educação do Campo delimita-se como uma área própria de conhecimento e tem papel fundamental na vida do cidadão, que por sua vez, desconstrói a dicotomia entre o campo e a cidade. É ajudar a construir, desde a infância, uma nova visão de mundo, onde se busca compreender o contexto social e cultural através de conteúdos significativos, garantindo a melhoria da inserção de debates em sala de aula entre alunos e professores, possibilitando recriar as condições necessárias à sua formação enquanto sujeito, capaz de ser construtor da sua própria sociedade.

É com esta visão que, uma educadora afirma a relação do trabalho com a metodologia proposta na formação dos educandos:

Os temas geradores trazem uma contribuição significativa para os alunos, visto que, foram sugeridos pelos moradores e aglutinam conteúdos que são necessários para compreender a vivência no e /do campo. (Educadora D).

Ao analisar as falas até aqui colocadas, percebemos que o trabalho com essa pedagogia, ajuda-nos a entender que os métodos empregados para ensinar na escola do campo, na grande maioria das escolas, fragmenta o processo de compreensão do conhecimento prévio de cada educando.

É possível observarmos também que, para o processo de aprendizagem ser eficiente, este depende das orientações do professor, que deve estimular e motivar o aluno a expressar seus sentimentos, curiosidades e até mesmo, desenvolver suas habilidades não antes

demonstradas, como o desenvolvimento de suas capacidades e criatividade, avançando na construção de novos conceitos do saber-aprendizagem.

Porém, a formação inicial dos professores/as que atuam na Educação do campo não contempla a especificidade para o trabalho no Ensino Fundamental (séries iniciais), mesmo as formadas em Pedagogia, uma vez que, como já mencionamos, a educação que é desenvolvida nos centros de formação de professores, em sua maioria, não teve nenhum contato inicial com a temática Educação do Campo, como afirmam duas educadoras, quando questionadas sobre sua formação inicial:

Sou formada em Pedagogia, mas jamais tive qualquer experiência nessa área, apesar de já estar na rede de ensino a mais de 20 anos, para mim, foi uma experiência totalmente desconhecida. (Educadora A)

Sou formada em Letras, mas na minha formação não tive contato com a Educação do Campo, o meu primeiro contato com a Educação do Campo foi na Escola Tiradentes. (Educadora B).

Somente através da formação continuada, foi possível percebermos que a formação do educador/a tem um papel fundamental na construção do projeto político-pedagógico na Educação do Campo. Onde é possível a discussão entre a teoria e a prática na medida em que atuam como sujeitos pedagógicos na formação de novos sujeitos, capazes de transformar o cenário em que atuam.

Entre os critérios exigidos para exercer a docência nas escolas de Ensino Fundamental, nos seus projetos pedagógicos, conforme a LDB 9.394/96, devem assumir essa modalidade de educação, professores com ensino superior/magistério e devem conter em seus projetos pedagógicos, professores/as capacitados/as, além de oferecer-lhes condições teóricas, metodológicas e práticas para que os educadores/as em formação possam tornar-se agentes efetivos na construção e reflexão das propostas da escola. Embora na realidade não seja exatamente isso que aconteça nas escolas, por existirem diferentes níveis de curso de licenciatura e graduação plena, advindos de diferentes áreas que atuam na modalidade de Educação Básica (1ª fase - nos cinco anos iniciais do ensino fundamental.), um descompasso em relação ao que é definido por lei e que demonstra uma realidade prática diferenciada.

Esta mesma lei, estabelece que a disposição do currículo pode estar organizada por etapas presenciais, equivalentes a semestres de cursos regulares como regime de alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade, para permitir o acesso e permanência dos estudantes na escola (tempo-escola) e a relação prática-teórica-prática, vivenciada nas comunidades do campo (tempo-comunidade), favorecendo o processo de ensino-aprendizagem, tanto por parte dos alunos, como por parte dos professores.

Mesmo que haja toda uma reflexão em torno de mudanças na escola do campo, especificamente, a formação do professor, que tem aumentado nas últimas décadas para aqueles que atuam no Ensino Fundamental (anos iniciais), conforme reflete o Panorama da Educação do Campo (MEC/INEP, 2007, p. 33/36), ainda destaca-se a necessidade de ações efetivas focadas na expansão do quadro, na formação profissional adequada e na formação continuada associada aos seus projetos pedagógicos, além da permanência de profissionais qualificados nas salas de aula das escolas rurais, aproveitando essa formação e experiências de ensino e outras atividades em torno de aprimorar o ensino nas salas de aulas. Assim, a Educação do Campo que vem sendo desenvolvida nessa escola, está sendo escrita a partir do cotidiano escolar e transformada pelo reposicionamento dos educadores/as nas suas práticas e na valorização dos saberes e experiências dos alunos/as.

Considerações finais

Fruto de toda a luta travada pelos movimentos sociais do campo, a Educação desse segmento vem ganhando um papel fundamental na agenda governamental, pelo menos em termos de legislação, bem como vem fazendo com que as instituições de formação, mais nas licenciaturas, iniciem discussões de como contribuir para a construção de um currículo diferenciado para esta população.

A Educação do Campo hoje significa compreender uma escola diferente para atender esses trabalhadores/as, especialmente os assentados/as. É pensar essa escola como um espaço de transformação e socialização dos saberes. É fundamentar um novo jeito de fazer escola, onde as práticas educativas estejam ligadas as suas lutas, família, comunidade. Modelo no qual, o que grupo produz no assentamento possa fazer parte do processo de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos/as e, conseqüentemente, do desenvolvimento sustentável da comunidade.

Entendemos que, a partir dessa nova visão, a Educação do Campo tem construído um conceito que sustenta uma possibilidade de reconstrução na área educacional. Conduzindo a relação de ensino/aprendizagem para a ampliação que se sustente numa qualificação maior do aluno no processo escolar e que amplie o que ele aprende na escola ligado ao que aprende na comunidade. Entretanto, o que podemos observar é que, a maioria das escolas acaba se tornando uma fábrica, na qual, o aluno é moldado e transformado em produto para o mercado de trabalho. Por sua vez, as escolas que atuam com a Educação do Campo, trabalham atuando direta e indiretamente com a comunidade onde a escola está inserida, fazendo um trabalho social e desenvolvendo o interesse dos alunos em relação ao meio em que vivem.

Na Educação do Campo, acredita-se no potencial reflexivo e crítico do processo de ensino-aprendizagem, centrado na construção do saber, através de pesquisas didáticas envolvidas com sua realidade, de modo que, fortaleça a cidadania e transforme a construção do conhecimento em algo que tenha significado para a aprendizagem de vida do aluno.

O/a educador/a preocupasse com a formação do mesmo, desde as primeiras experiências educacionais, tornando-se um mediador entre a aprendizagem e o conhecimento prévio do aluno, de modo significativo, pois o aluno é entendido como portador de conhecimento, e não apenas um mero receptor. Existe nessa prática pedagógica, uma inteira reflexão entre o que se aprende e o que se pratica. Assim, O/a educador/a deve participar ativamente do processo de aprendizagem e reflexão junto aos alunos/as, desenvolvendo com eles, experimentações, potencializando-os em diversas discussões, motivando-os a cerca da necessidade de buscar novos conhecimentos, contribuindo para criticidade, para a construção da consciência cidadã, bem como para uma nova forma de enxergar o campo, compreendendo a proposta da Educação do Campo como uma forma de luta por igualdade social e emancipação dos sujeitos.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. Fernandes, Bernardo Mançano. A educação básica e o movimento social do campo – Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 2 .

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. COSTA, Luciélis Marinho da. Plantando a Educação em escola de assentamento rural através de temas geradores (et. al) HAGE, Salomão Mufarrej.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CAVALCANTE, Rita de Cássia. Aprendizagem da Terra: a voz e a resistência do MST na Paraíba, Dissertação de Mestrado, pela Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2002.

CARTILHA EDUCAÇÃO DO CAMPO – direito de todos os camponeses e camponesas- via campesina-Brasil, 2006.

_____. CERIOLI, C. Paulo Ricardo. Kolling, Edgar Jorger. (organizadores) Educação do Campo: identidade e políticas públicas– Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 4 .

- FERNANDES, Bernardo Mançano. Por uma educação básica do campo. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999b: 55-70. (Coleção por uma educação básica do campo nº 2).
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Panorama da Educação do Campo- Brasília, 2007.
- JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. MOLINA, Mônica Castagna.(organizadoras). Contribuições para a construção de um projeto de Educação do campo– Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 2004.
- KOLLING.J. Edgar. MOLINA,Mônica Castagna. NÉREN, Irmão (org.). A educação básica e o movimento social do campo. por uma Educação Básica do Campo. Ed. Universidade de Brasília- 1999.
- KOLLING, Edgar; CASTAGNA, MÔNICA. (Org.). Por uma Educação do Campo. 1ª ed. Brasília/DF: Articulação Nacional, 1999. LEITE, Sérgio Celani. Escola rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.
- MEC - Ministério da Educação e Cultura. REFERENCIAL PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES/Secretária de Educação Fundamental- Brasília, a secretária,1999.
- MEC - Ministério da Educação e Cultura. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Ministério da Educação: Secretaria de Inclusão Educacional. Brasília: Resolução CNE/CEB, nº 01 de abril de 2002.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. Setor de Educação e Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – IERRA, Gráfica Editora Pelres LTDA, nov, 2003. SANTOS, Manoel da Conceição, SOARES, Paula Elise Ferreira, ANTUNES, Wilkie Buzatti (orgs), Chão de minha Utopia, Belo Horizonte: Editora/UFMG, 2010.
- MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire S. Azevedo de. (Orgs.). Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília, DF: Articulação Nacional, 2004.
- MORISSAWA, Mitsue. A história de luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- ROCHA, Maria Isabel Antunes (organizadores). Escola de direito: reinventando a escola multisseriada,- Belo Horizonte: Autentica editora, 2010.
- SITE: SANTOS, Ramofly Bicalho- Histórico da Educação do Campo no Brasil,2012. Disponível em:< educampo.Ufsc.br/wordpres/seminário/files/2012/01/Bicalho-dos-santos.pdf> acesso em:01 de setembro de2013 as 14:30 hs.